

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Caso Milei pode impactar o RS



DIVULGAÇÃO/JC

O Ministério das Relações Exteriores convocou o embaixador argentino em Brasília e chamou o embaixador brasileiro em Buenos Aires para consultas - um dos gestos mais duros da diplomacia - após declarações do presidente Javier Milei na convenção do PL que lançou a pré-candidatura de Flávio Bolsonaro à Presidência. “Não há precedentes de um presidente estrangeiro que, em território nacional, enfeixe agressões e ofensas ao chefe de Estado, às instituições democráticas e ao povo brasileiro”, repudiou o Itamaraty em nota oficial.

Acende alerta no Rio Grande do Sul

A crise diplomática acende um alerta no Rio Grande do Sul, estado que tem na Argentina o seu segundo maior parceiro comercial, atrás apenas da China. Diferente de outros mercados que compram prioritariamente commodities, o país vizinho é o principal destino das exportações gaúchas de produtos industrializados e de alto valor agregado, como veículos, autopeças, máquinas agrícolas, polímeros e calçados. Além disso, o Estado abriga em Uruguaiana e São Borja os maiores portos secos da América Latina, por onde transita a maior parte do fluxo rodoviário do Mercosul. A preocupação é que o travamento das relações diplomáticas afete o ambiente de negócios, dificultando negociações de fronteira, gerando barreiras não tarifárias e trazendo incerteza jurídica para novos investimentos logísticos na região.

Área de insegurança hídrica na Metade Sul

A deputada federal gaúcha Maria do Rosário (PT) defende a aprovação de projeto de lei de sua autoria que estabelece regiões de insegurança hídrica no Rio Grande do Sul, com foco na Metade Sul, historicamente afetada pela seca. A proposta busca substituir a lógica recorrente das decretos de emergência por políticas permanentes de infraestrutura. “A segurança hídrica é um dos princípios para garantir a qualidade de vida. A prevenção exige atuar sobre as mudanças climáticas de forma a termos infraestrutura adequada na Capital, nas grandes e nas pequenas cidades”, destaca a parlamentar, que também defende reforços na Defesa Civil e ações de mitigação ambiental no Estado.

Aumento no teto do MEI

O deputado federal gaúcho Heitor Schuch (PSD) defende a aprovação ágil de projeto de lei de autoria do Executivo que prevê o reajuste progressivo do limite de faturamento anual do Microempreendedor Individual (MEI). A proposta eleva o teto dos atuais R\$ 81 mil para R\$ 110 mil em 2027 e R\$ 140 mil em 2028.

Votação do novo Plano Diretor marcou o primeiro semestre

Economia, diversidade e violência contra mulher também foram pauta

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz

amandas@jcrs.com.br

Durante o primeiro semestre legislativo de 2026, a Câmara de Porto Alegre concentrou os trabalhos na votação do novo Plano Diretor. Entre fevereiro e julho, os 35 vereadores também analisaram propostas relacionadas ao desenvolvimento econômico, à emergência climática, ao uso de bens públicos e a políticas voltadas aos direitos humanos.

Grande parte das sessões foi voltada aos debates das diretrizes que irão orientar o planejamento urbano da cidade para os próximos 10 anos. A proposta recebeu mais de 500 emendas e foi dividida entre o Plano Diretor Urbano e Sustentável, aprovado em 23 de abril por 22 votos a 12, e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos), que venceu de 23 votos a 10 na plenária do dia 13 de maio. Com a nova legislação, que já teve a sanção do prefeito Sebastião Melo, ficam permitidas, por exemplo, construções de até 130 metros em áreas como Centro Histórico. O novo plano deve passar a valer em 2027, quando todos os trâmites forem finalizados.

Além da pauta urbanística, os parlamentares discutiram temas relacionados ao desenvolvimento econômico, com destaque ao projeto que autoriza Microempresen-

dedores Individuais (MEIs) e microempresários a ocuparem lojas vazias do POP Center. A emergência climática também esteve entre os temas discutidos pelos vereadores, a Casa aprovou a contratação de agentes para a Defesa Civil de Porto Alegre. Uma proposição que altera o uso de bens públicos do município dividiu opiniões entre parlamentares da base e da oposição antes de ser aprovada. Pautas referentes à violência contra a mulher, diversidade, atendimento prioritário e saúde mental também tiveram espaço nas priorizações.

No início de junho, o Plenário teve ainda a instalação da Comissão de Ética de 2026. O colegiado deve avaliar o caso que aconteceu durante as votações da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) envolvendo o vereador Mauro Pinheiro (PP) e a vereadora Juliana de Souza (PT), em que Pinheiro interrompeu o pronunciamento da colega ao retirar o microfone de suas mãos. Após o recesso, a denúncia deverá ser analisada pela Comissão.

A base do governo Melo avalia o primeiro semestre como produtivo. O vereador Idenir Cecchim (MDB) destaca a aprovação do Plano Diretor e outros projetos oriundos do Executivo. “Votamos o projeto mais importante da Legislatura, que foi o Plano Diretor. Conseguimos aprovar os projetos da Prefeitura, que são do dia a dia da administração, empréstimos, autorizações. A Câmara conseguiu

limpar a pauta sem deixar grandes pendências para serem votadas depois”, afirma.

Já a oposição registra ressalvas, principalmente em relação à aprovação do plano. O vereador Giovani Culau (PCdoB) destaca que a legislação atende muito mais os interesses dos setores imobiliários, ao invés de temas de interesse público, como transporte e moradia popular. “Infelizmente, aprovamos um plano diretor que vulnerabiliza ainda mais Porto Alegre para a crise climática que nós estamos vivendo”, finaliza.

O próximo semestre deve ser marcado pela retomada das discussões relacionadas ao Plano Diretor, com a deliberação dos quatro vetos do Executivo. O Legislativo deve decidir pela manutenção ou derrubada dos vetos.

Além disso, os debates do segundo semestre devem ser afetados pela proximidade das eleições. A organização das plenárias deve seguir o acordo feito ainda no primeiro semestre, em que as sessões das segundas-feiras priorizam os pronunciamentos e períodos de tribuna popular e homenagens, já as quartas-feiras ficam reservadas para as votações. Ainda não há uma lista de projetos que devem ser votados no restante do ano, no entanto os vereadores devem discutir proposições do executivo e do legislativo que tratam de diversas temáticas, como diversidade, direitos humanos e finanças.

FERNANDO ANTUNES/CMPA/DIVULGAÇÃO/JC



Novas diretrizes aprovadas vão orientar o planejamento urbano da cidade para os próximos 10 anos

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ■ Dinamismo ■ Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323